

UMA BREVE INTRODUÇÃO ACERCA DAS ESTRUTURAS MENTAIS NO PERÍODO MEDIEVAL

DANIEL PORCIUNCULA PRADO*

RESUMO

O presente ensaio caracteriza-se em uma revisão bibliográfica, tendo por objetivo contribuir ao estudo das estruturas mentais ao longo do medievo. Será enfocado fundamentalmente o aspecto religioso, elemento fortemente presente no imaginário coletivo da Idade Média.

PALAVRAS-CHAVE: Feudalismo, germânicos, Idade Média, mulher, Igreja, imaginário.

Depois de se completarem mil anos, Satanás será solto da prisão. Sairá para seduzir as nações dos quatro cantos da Terra (Gog e Magog) e reuni-las para o combate. Serão numerosas como a areia do mar. Espalharão-se pela superfície da Terra, e cercam o acampamento dos Santos e a Cidade Querida...

(Apocalipse, 20, 7-9)

RÁPIDAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS POVOS BÁRBAROS E A GÊNESE DO FEUDALISMO

O termo “bárbaro” é uma herança grega. Segundo Heródoto, os egípcios chamavam bárbaros todos os povos que falavam línguas diferentes das suas. Em grego, bárbaro designava aquele que possuía uma língua incompreensível, que não compartilhava nem os costumes nem a civilização dos helenos. Para os romanos, eram os povos estabelecidos além de suas fronteiras, eram os estrangeiros. Esses povos seriam: germanos, eslavos, escandinavos, árabes e mouros, mongóis e turcos.

Devido à amplitude do tema “povos bárbaros”, optou-se por privilegiar os germanos, devido à sua importância na gênese da sociedade européia, principalmente com sua atuação e desenvolvimento nos cinco primeiros séculos da Era Cristã, por ocasião das penetrações germânicas no império romano.

* Professor do Dep. de Biblioteconomia e História da FURG; Mestre em Educação Ambiental (FURG).

Estes povos habitavam regiões além do rio Reno (norte da Europa). Antes do contato com os romanos, os germânicos eram sedentários e viviam do pastoreio e da agricultura. A terra era de caráter comunitário e os rebanhos pertenciam aos principais guerreiros das tribos. Tal sistema era chamado comunitário primitivo.

A partir dos intensos contatos entre romanos e germânicos, estes passaram por várias mudanças em sua cultura, acentuando-se as diferenças sociais entre os membros das tribos e os chefes, que tomavam as terras para uso próprio. Aos poucos formou-se uma aristocracia hereditária, que guerreava para aumentar suas propriedades, distanciando-se assim do povo. Os romanos incentivavam estas transformações e provocavam guerras entre os bárbaros, pois desta maneira mantinha-os divididos, facilitando assim a manutenção da autoridade imperial sobre as nações bárbaras, ou seja, mantendo-as de certa forma controladas.

Para Anderson (1998)¹, através das trocas comerciais e intervenções diplomáticas, a pressão de Roma acelerava a diferenciação social e a desintegração dos modos de produção comunitários das tribos.

A formação dos chamados reinos bárbaros se deu em duas fases. A primeira fase inicia-se simbolicamente na noite de ano-novo do ano de 406, quando hordas de povos vândalos, suevos e álamos iniciam a penetração no Império Romano. A segunda fase das invasões se distingue da primeira por ter sido duradoura, marcando profundamente a formação da futura Europa. Nesta fase destacaram-se os francos (originários da atual Bélgica), que se fixaram na Gália do norte. Seu primeiro rei foi Meroveu (iniciando a chamada dinastia Merovíngia). Também destacamos neste período os povos anglo-saxões, que desembarcaram na Inglaterra por volta de 450, juntamente com daneses e jutos (habitantes da Dinamarca).

Os reinos bárbaros formados neste período conseguiram estabelecer-se mais solidamente em território europeu, superando a herança do velho Império Romano. Não conseguiram gerar um estado de características fortes devido a seus aspectos culturais e às batalhas entre si. A falta de um estado centralizador acentuou-se quando os árabes tomaram o Mediterrâneo, impedindo uma atividade comercial mais ativa. A partir daí o isolamento rural dos povos europeus tornou-se cada vez maior. A Europa se feudalizava.

Com as crises que os romanos passaram (séculos III e IV), a escassez de mão-de-obra escrava levou os grandes proprietários a abandonarem as cidades e rumarem para suas *villae* (latifúndios), onde exploravam o trabalho dos *colonus* (antigos escravos que se tornaram livres). Estes eram juridicamente livres, mas não podiam abandonar as terras, tornando-se precursores dos servos medievais. Esta ruralização da sociedade romana caracterizou-se em uma importante contribuição para a

¹ Anderson, 1998.

gênese do feudalismo, pois reforçou o poder político dos senhores feudais, enfraquecendo o poder central.

A descentralização política mencionada acentuou-se com os povos bárbaros através do Comitatus, uma velha instituição bárbara que estabelecia uma relação de fidelidade mútua entre os chefes guerreiros, o que reforçava os laços de dependência pessoal e diminuía um eventual poder centralizado. Os chefes bárbaros remuneravam seus colaboradores com terras (*beneficium*). As leis do direito consuetudinário também são costumes bárbaros, sendo estas perpetuadas pela tradição oral através das gerações.

No século IX a Europa se encontrava em adiantado estado de ruralização. As invasões que persistiram nesse século fizeram com que os proprietários rurais tentassem organizar uma defesa individualizada, erigindo castelos e fortificações (contribuição dos árabes, eslavos e normandos).

Segundo Hilário Franco Jr., os séculos compreendidos entre o IV e VIII são conhecidos como a Primeira Idade Média, caracterizados pela lenta interpenetração e convivência de três elementos históricos. São eles: Roma, cultura germânica e Igreja católica.

A PSICO-HISTÓRIA DOS TEMPOS MEDIEVAIS

Ao falarmos em estruturas mentais, incorremos em um campo de estudos relativamente novo na reconstrução da história, abrindo novas possibilidades para a chamada historiografia. Podemos afirmar que o estudo das mentalidades começou a se popularizar com a chamada Escola dos Annales, tendo sua disseminação no Brasil ao longo dos anos 80 e atingindo seu momento de êxito na atual década de 1990. Tal corrente historiográfica obteve como conseqüência a transformação de obras históricas em campeões de vendagem na Europa e América, popularizando assim temas variados da ciência histórica.

O campo das mentalidades nos sugere na verdade o estudo de uma psico-história, pois, de fato, trabalha-se com imagens, sonhos, visões, crenças, mitos etc., recorrendo-se a simbologias que se tornam corriqueiras e “verdadeiras”, “imprescindíveis” para um determinado grupo social. Tal “necessidade” simbólica é a concretização de crenças que são aceitas de forma quase unânime pelo inconsciente coletivo de uma sociedade.

No caso específico do período feudal europeu, o historiador encontra um excelente campo de pesquisa no que tange ao estudo das mentalidades, pois tal período é marcado profundamente por suas raízes religiosas, como o poder hegemônico da Igreja católica, a formação das heresias, a Santa Inquisição, os símbolos cristãos (a cruz, os mosteiros, a

língua latina, as imagens religiosas de santos, santas e da Virgem etc.), os símbolos pagãos (amuletos, tarôs, pedras energéticas etc.).

Também observamos como elementos essenciais na mentalidade deste período a formação e divinização de locais empíricos como palácios e catedrais góticas (com sua arquitetura repleta de representações religiosas como as torres altas, "tocando" nos céus; os vitrais, deixando penetrar a "luz de Deus" no interior da igreja; os gárgulas junto às torres, simbolizando a não-penetração do demônio a das forças maléficas dentro dos templos sagrados etc.).

Ao mesmo tempo, o simbolismo religioso do medievo tratou de construir e popularizar, ao longo dos séculos, locais não-empíricos, como o céu, o inferno e o purgatório, além de divinizar a chamada "transubstanciação" (transformação do pão e vinho em corpo e sangue de Cristo) e mitificar as chamadas relíquias religiosas (peças de roupas, unhas, cabelos e objetos que pertenceram a santos).

Todos os fatos e acontecimentos, sejam de natureza econômica, política ou bélica, estavam permeados pelo aspecto religioso, de forma que as explicações e acontecimentos possuíam forte carga mística e mágica. Observamos como exemplos a chamada peste negra, que dizimou mais de um terço da população européia durante a Baixa Idade Média, atribuída como "castigo de Deus" a todos aqueles que se desviaram dos rígidos dogmas católicos; a crença no poder mágico dos reis, cujas visitas nos campos de produção eram muito festejadas, pois acreditava-se que o poder real fertilizaria as terras, bem como o ato de camponeses enterrarem hóstias consagradas junto às plantações, pela mesma crença em futuras boas colheitas; ou o medo das pessoas com relação aos demônios e bruxas, e o apego aos anjos, santos, relíquias sagradas e imagens sacras.

Para Hilário Franco Júnior², a história das mentalidades situa-se no ponto de junção do individual e do coletivo, do longo tempo e do cotidiano, do inconsciente e do intencional, do conjuntural e do estrutural, do marginal e do geral.

Literalmente, a comunicação entre os mundos humano e divino estava sempre "aberta" através de crenças e desejos dos homens daqueles tempos, em que as pessoas concretizavam visões de anjos, demônios, da Virgem, dos santos etc. A documentação desse período demonstra-nos estes canais de ligação entre os "mundos".

Quanto ao imaginário dos tempos medievais em relação à mulher, observamos várias estratificações. Com relação ao casamento, tal instituição garantia a estabilidade das relações determinadas pelo sexo masculino. A mulher era vista pelos religiosos como "inferior" ao "sexo viril", pois este, o homem, fora criado à imagem e semelhança de Deus. A mulher

² Franco Júnior, 1995. p. 149-151.

era meramente um reflexo do homem, já que a Bíblia nos diz que ela é fruto da costela de Adão.

Segundo Macedo³, a inferioridade feminina provinha da fragilidade do sexo, da sua fraqueza ante os perigos da carne. No centro da moral cristã existia uma aguda desconfiança em relação ao prazer. O prazer (e a mulher, para o imaginário medieval, é caracterizada como o grande instrumento do "pecado/prazer") mantinha o espírito prisioneiro do corpo, impedindo-o de se elevar a Deus.

A moral cristã sempre condenou o prazer físico, procurando limitar ao extremo a sexualidade, pois o sexo deveria somente servir para a procriação.

Macedo ainda nos diz que: "A copulação era proibida em todos os dias de festa religiosa, especialmente naqueles dias que os fiéis deveriam jejuar, nos dias em que a esposa estivesse no ciclo menstrual, na gravidez, na quarentena após o parto e durante todo o período de aleitamento materno" (Macedo, 1990, p. 20).

Mesmo fora dos períodos "permitidos" pela igreja, o sexo deveria seguir rígidas orientações do poder. A relação sexual deveria ocorrer na posição natural, com a mulher deitada de costas e o homem sobre ela, pois as demais posições eram consideradas escandalosas e pecaminosas.

Um outro aspecto relevante observado por Michel Rouche⁴ é que o "fedor do adultério" (expressão da lei dos burgúndios) era severamente reprovado pela sociedade, significando a expulsão imediata da mulher, a qual era em seguida "estrangulada e jogada num pântano lamacento". Pela lei dos galo-romanos, era permitido ao marido que surpreendesse os culpados o assassinato imediato dos amantes. Entre os francos, o costume também era considerado pelo marido e pelas famílias envolvidas como uma verdadeira mancha, que deveria acarretar a morte da culpada.

Brilhantemente o historiador Marc Bloch⁵ delineia sobre aspectos da atmosfera mental no medievo. Para este, o ser humano da Idade Média possuía características próprias de sentir e pensar, sendo este muito mais próximo da natureza, onde a paisagem rural e silvestre ocupava espaços importantes, e esta, menos domesticada e suave. Os animais ferozes, que povoam nossos contos, vagueavam pelos lugares desertos e também pelos campos cultivados.

Além de ser um desporto, a caça era um meio de defesa e contribuía para a alimentação. A apanha de frutos e mel continuava como prática importante, e na fabricação de utensílios, a madeira ocupava lugar preponderante. As noites, mal-iluminadas, eram escuras, e o frio, nas

³ Macedo, 1990. p. 19.

⁴ Rouche, In: Ariès e Duby, 1990. p. 454-455.

⁵ Bloch, 1987.

palhoças e mesmo nos castelos, mais rigoroso. Como nos diz Marc Bloch, contribuindo para "uma situação de primitivismo".

A Europa convivia cotidianamente em luto, pois a mortalidade infantil era grande e a vida adulta era relativamente curta. A velhice parecia começar desde cedo, devido às epidemias, fome e guerras bárbaras. Residiu talvez aí o clima de instabilidade dos sentimentos.

Imperfeita era a maneira de medir o tempo, pois os relógios de água eram em pequeno número, as ampulhetas teriam sido usadas pouco corretamente, os relógios de sol encontravam dificuldades em dias nublados, ou utilizavam-se velas de comprimento igual, que equivaliam a uma medida de tempo determinada. Tais elementos eram apenas um dos sintomas com relação à indiferença perante o tempo.

A comunicação vivia em uma dualidade entre o latim oficial e as línguas regionais diversas dos povos bárbaros. De um lado, a imensa maioria de iletrados, confinados a seus dialetos regionais, reduzidos a alguns poemas profanos, tendo sua reprodução quase exclusivamente de forma oral. De outro lado, os poucos instruídos e bilíngües, que dominavam as obras de história, teologia, a liturgia e documentos de negócios. A única língua que se ensinava era o latim, e saber ler era saber lê-lo. Na aristocracia laica, raros eram os casos de senhores e reis germânicos que sabiam ler e escrever. Em sua maioria, eram compostos por analfabetos, e os monges que não liam a sagrada escritura eram chamados de idiotas.

Tal sociedade era envolvida por uma mentalidade fortemente religiosa, e qualquer concepção de mundo que excluísse o sobrenatural era estranha àquele tempo. A imagem dos destinos do homem e do universo era traçada pela trilogia e pela escatologia cristã, mas a rigidez da doutrina levava às heresias. A mensagem cristã era também passada pelos afrescos, baixos-relevos, símbolos e pinturas, que serviam como lição aos iletrados.

As tempestades provocavam visões de exércitos de mortos ou de demônios, enfim, do apocalipse, e numerosos ritos eram celebrados nos campos. Guerras, furacões, pestes etc. eram consideradas obras do demônio. Essa mentalidade não era exclusiva do clero, mas se imbricava com o mundo laico. Muitos príncipes violentos foram considerados o anticristo, e o temor era constante na espera do fim do mundo.

Bloch nos fala das narrativas épicas das línguas vulgares, que se constituíam nos livros dos que não sabiam ler mas que gostavam de ouvir. Nestas, destaca-se as epopéias, poemas épicos que narram ações e feitos heróicos. Esta fase começa em meados do século XI, na França, onde a abundância de fábulas mistura-se com fatos verídicos, gerando crônicas, gestas (façanhas, proezas...), bem como canções descrevendo acontecimentos antigos. As cruzadas são bom exemplo que alimentou as epopéias, pois continham todos os elementos para agitar as imaginações devido ao heroísmo cristão.

O hábito de celebrar em versos os feitos heróicos provém dos povos germânicos, mas as narrativas lendárias não foram exclusividade da França, mas comuns a toda a Europa, de maneiras peculiares.

Bloch diz: "A epopéia (...) exercia sobre a imaginação uma ação mais forte (...) ao dirigir aos olhos (do ouvinte) (...) beneficiava a todos com o calor da palavra humana..."

Estas epopéias francesas do século XI serão precursoras imediatas do desenvolvimento cultural da baixa idade feudal. Os poemas dessa época não se limitam a contar fatos, mas a explicar os sentimentos; a nova literatura tendia para o individual e convidava os auditores a refletirem sobre o "eu". Nisso colaborava a prática da confissão religiosa do fiel ao padre, o que em séculos anteriores caracterizava-se em um ato restrito aos mosteiros.

Outro fator que marca este período é a reforma gregoriana, criando-se um grande impulso religioso de devoção e abstinência sexual. Os monges entendiam que o padre cuja carne fora tocada pelo ato sexual seria incapaz de celebrar os mistérios divinos. Tal esforço espiritual servia para colocar o padre acima do simples crente.

No que tange ao direito, ao lado do restrito direito escrito (que advinha de compilações de antigas leis romanas), existia uma zona de tradição puramente oral. Os progressos do direito consuetudinário faziam profundas transformações na estrutura jurídica. Quer se tratando de transações particulares e regras gerais de costume, a tradição não dispunha de outras garantias além da memória.

Este contexto, como já afirmamos anteriormente, imbricava-se com a forte religiosidade cristã; sendo a imagem que o medieval tinha de seu destino (do homem e do universo), inscrevia-se quase de forma total e unânime no imaginário traçado pela teologia e pela escatologia cristã.

O estudo das mentalidades deve servir ao pesquisador como mais um importante aspecto a ser levado em consideração na reconstrução do passado, articulando-se com as outras esferas, de modo que não haja uma sobreposição, mas sim, a tentativa de organização de uma história global.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Perry. *Passagens da Antigüidade ao Feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 1987.
FRANCO JUNIOR, Hilário. *Idade Média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
MACEDO, José Rivair. *A Mulher na Idade Média*. São Paulo: Contexto, 1990.
ROUCHE, Michel. *Alta Idade Média Ocidental*. In: Ariès, Philippe, Duby, Georges (org.). *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.